

UM PROFESSOR NÃO ENSINA TUDO, MAS ENSINA QUASE, QUASE... TUDO!



TORNAR ATRATIVA
A PROFISSÃO DOCENTE



EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

Universalidade da recuperação do tempo de serviço

O arranque do ano letivo 2024/2025, nos Açores, será marcado pelo debate parlamentar em torno da recuperação do tempo de serviço congelado e da devolução do tempo de serviço perdido nas transições entre carreiras. Como é sabido, a redação dada ao artigo da recuperação do tempo de serviço entre carreiras excluiu quase duas centenas de docentes e contrariava o espírito negocial mantido entre o Governo e os sindicatos.

No plenário de julho, foi discutida e chumbada a proposta do PS para a recuperação do tempo de serviço perdido nas transições entre carreiras para todos os docentes em serviço efetivo de funções na RAA a partir do ano escolar 2023/2024. A AD e o Chega tinham uma proposta de teor idêntico, com o acréscimo da integração da recuperação de tempo de serviço congelado prestado na RAM e/ou no Continente. Ouvidos os sindicatos na Comissão de Política Geral da ALRA, e tendo sugerido ambas as estruturas sindicais que seria mais prudente legislar após a publicação do DL nacional sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, a AD e o Chega retiraram a proposta do plenário e baixaram-na à Comissão de Assuntos Sociais, eventualmente, para discussão plenária no mês de setembro.

Deste processo, ficou-nos a impressão de que o diploma que vier a ser aprovado resolverá o problema da universalidade da recuperação do tempo de serviço perdido na transição entre carreiras para todos os docentes em serviço efetivo de funções na RAA, com efeitos a partir do ano escolar 2023/2024 e da universalidade da recuperação do tempo de serviço congelado, independentemente do local em que foi exercido.

Da discussão na Comissão de Política Geral e do próprio plenário da ALRA de julho, ficou-nos a impressão de um consenso generalizado de, finalmente, garantir a todos os docentes em serviço efetivo de funções na Região, uma carreira docente desenvolvida e com acesso ao topo num período de 34 anos.

O diploma entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2025, retroagindo para efeitos da recuperação do tempo de serviço perdido entre carreiras a 31 de março de 2024 e, para efeitos do tempo de serviço congelado, a 1 de setembro de 2024.

Concretizando-se este ato legislativo, a Região Autónoma dos Açores terá o único Sistema Educativo do País que cumprirá o acesso ao 10.º escalão ao fim dos 34 anos há muito estipulados no ECD, para todos os docentes.

Na perspetiva sindical e dos professores gostaríamos que o diploma fosse aprovado por unanimidade! •

Da discussão na Comissão de Política Geral e do próprio plenário da ALRA de julho, ficou-nos a impressão de um consenso generalizado de, finalmente, garantir a todos os docentes em serviço efetivo de funções na Região, uma carreira docente desenvolvida e com acesso ao topo num período de 34 anos.

SPRA
informação.ano xv1.nº87.setembro.2024

FICHATÉCNICA

Director:
António Lucas
Conselho de Redação:
Antónia Coelho | Rui Teixeira | João Natal | Filipe Campos | António Dutra | Paula Decq Mota | Ana Peixoto
Editor:
Fernando Vicente
Paginação e Tratamento Gráfico:
Tiago Madeira
Revisão:
Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:
José Paulo Oliveira (Jornalista)
Propriedade e Edição:
Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);
Bimestral
Tiragem média:
2.250 exemplares
Impressão e acabamento:
Nova Gráfica, Lda
Dep. Legal:
206452/04
III Série
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA
Membro da FENPROF
www.spra.pt
GRISPPA:
Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS
STA. MARIA
R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 118
smaria@spra.pt
S. MIGUEL
Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
smiguel@spra.pt
TERCEIRA
Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spraterceira@spra.pt
GRACIOSA
R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
graciosa@spra.pt

S. JORGE
Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N
9800-549-VELAS
tel: 961 608 587
sjorge@spra.pt
FAIAL
Rua da Vista Alegre, fração V/W
9900-071 HORTA
tel: 292 292 892
faial@spra.pt
PICO
Rua Comendador Manuel Goulart Serpa, nº 5
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000
pico@spra.pt
FLORES e CORVO
R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/ fax: 292 592 976
flores@spra.pt



Caderno Reivindicativo do SPRA

Caminhos objetivos (e corajosos!) para a melhoria do ensino e valorização da profissão docente nas 9 ilhas

O principal entrave ao cumprimento de uma educação pública de qualidade para todos é a escassez de docentes, que se manifesta de uma forma generalizada no país e na Região, sendo que, aqui, tem especial expressão nas ilhas mais periféricas, nomeadamente Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria, observa o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA).

Além do “combate à falta de docentes”, o SPRA apresenta no seu Caderno Reivindicativo, divulgado este ano, na sequência da intensa atividade do Sindicato junto dos professores e educadores (reuniões, plenários, contactos nas escolas), um conjunto de reivindicações a propósito das “assimetrias na distribuição de docentes”, “concursos do pessoal docente”, “tempo de serviço em creche”, “educação inclusiva”, “recuperação do tempo de serviço”, “remuneração dos docentes em contrato a termo” e “melhoria dos horários e das condições de trabalho”.

A Constituição de 1976, lembra o SPRA, veio consagrar a autonomia das duas regiões insulares do país. Os legisladores, animados pelos ventos de democracia e liberdade, pretenderam fazer o contraponto a 48 anos de um estado

centralista, repressor e que deixou ao abandono as áreas mais periféricas.

Educação e ensino têm dado provas
A direção sindical observa ainda:

“Os portugueses residentes nos Açores foram, provavelmente, os portugueses menos protegidos e até abandonados por uma ditadura com delírios imperialistas e anacrónicos que, na sua fase final, preferiu investir em infraestruturas nas colónias africanas a investir nesta região

ultraperiférica.” Salientando que o regime autonómico se apresenta “como uma oportunidade para o desenvolvimento económico, a melhoria de vida das populações residentes na Região e um instrumento para colmatar atrasos estruturais”, o SPRA destaca que “a educação e o ensino de qualidade e massificado têm provas dadas, com inúmeros exemplos, sobretudo após a 2.ª Guerra Mundial, como estratégia de desenvolvimento integrado.”



Descarregar o PDF em:
<https://shorturl.at/Znh0R>

Instrumento de ação social e económica

Uma educação pública de qualidade, sublinha a direção sindical, “deve ser um instrumento de ação social e económica ao serviço do desenvolvimento e da autonomia dos Açores, independentemente da diversidade dos perfis políticos dos Governos.” E mais: **“Uma educação pública de qualidade, de Santa Maria ao Corvo, é um direito intrínseco à cidadania e um dever intrínseco da governação como suporte do próprio regime autonómico e do garante da coesão dos residentes na Região e da coesão territorial do próprio arquipélago, realça o Caderno Reivindicativo entregue ao governo regional” e divulgado junto da comunidade.** •



Combate à falta de docentes

Hoje, o principal entrave ao cumprimento de uma educação pública de qualidade para todos é a escassez de docentes, que se manifesta de uma forma generalizada no país e na Região, sendo que, aqui, tem especial expressão nas ilhas mais periféricas, nomeadamente Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria.

As políticas educativas, sobretudo das últimas duas décadas, conduziram-nos à situação em que hoje nos encontramos: uma classe docente envelhecida, desgastada e social e economicamente desvalorizada. Em última instância, foram estas políticas que levaram ao abandono progressivo dos cursos de formação de professores e educadores.

Urge uma ação concertada dos três sistemas educativos do país, que volte a atrair jovens para os cursos de formação de docentes. Tal exige a revalorização da profissão, como já se verificou no passado, nomeadamente através da sua carreira,

da vinculação a um quadro, do combate ao desgaste profissional e de um regime específico de aposentação, aos 36 anos de serviço docente, sem penalização no cálculo da pensão.

Embora o reconhecimento e a validação dos cursos de e para a docência sejam uma prerrogativa do Ministério da Educação, seria de toda a pertinência que o Governo Regional e a Universidade dos Açores, perante o atual quadro legal, conjugassem sinergias para reduzir a falta de docentes, através da disponibilização de cursos que confirmam a profissionalização para o ensino e a educação. A abertura de cursos de via ensino ou de complementos habilitacionais para licenciados que se encontram já a lecionar no sistema Educativo Regional e que não são detentores de habilitação profissional ou própria. Para estes casos, seria, também, importante que estes “complementos de formação” pudessem ser ministrados à distância ou com a ativação de formação nas duas ex-capitais de distrito.

Assimetrias na distribuição de docentes

Embora a falta de docentes seja um problema transversal, ele apresenta-se com especial acuidade nas ilhas mais periféricas. Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria. Nos últimos anos sucessivos Governos Regionais têm sido incapazes de estabilizar o corpo docente nas ilhas do Corvo, das Flores, da Graciosa e de Santa Maria, verificando-se o elevado recurso à contratação a termo de docentes, entre 30% a 70% dos docentes em exercício de funções nessas ilhas. Há já alguns anos que o SPRA vem chamando a atenção dos diversos governantes para a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos existentes na Lei para a fixação de docentes, bem como definir os critérios para a sua execução.

As respostas dos sucessivos governos, sobre esta matéria, têm sido inócuas e desproporcionadas, inclusivamente, e de forma errónea, integraram apoios a deslocações que não se constituem como incentivos à fixação. O SPRA exige que

regulamentação e aplicação dos incentivos à fixação que estão previstos no ECD, em particular o subsídio de fixação, para todos os docentes que exercem em ilhas ou unidades orgânicas com significativa instabilidade do corpo docente, sempre que se verifique que essas unidades orgânicas ou ilhas têm menos de 30% dos docentes a elas afetos em exercício efetivo de funções.

Concursos do pessoal docente

Em 2021, o diploma de concursos do pessoal docente sofreu profundas alterações que, de uma forma geral, tiveram o acordo do SPRA. Logo após a sua aplicação prática, verificaram-se alguns erros e omissões que não correspondiam aos objetivos do legislador nem desta estrutura sindical. Até à data, e apesar das nossas insistências, o diploma não foi objeto de processo negocial para a sua retificação, umas vezes por falta de vontade política, outras por falta de oportunidade. O SPRA exige que os concursos para 2025/2026 se realizem com as correções já identificadas consagradas na Lei, nomeadamente: a consagração de os docentes em quadro de ilha poderem concorrer a vagas do quadro de escola em grupo de recrutamento distinto daquele em que estão providos; de todos os docentes poderem concorrer ao quadro de ilha, independentemente de estarem, ou não, a exercer funções no sistema público regional; e de os docentes vinculados a um quadro de ilha terem o dever de concorrer, no Concurso Interno de Afetação, às unidades orgânicas da ilha em que estão providos.

Tempo de serviço em creche

Embora a consagração, em Lei, do reconhecimento, para efeitos de posicionamento em carreira no ensino público, do tempo de serviço prestado em creche tenha sido uma importante

conquista destes trabalhadores, o facto de não ter ficado explicitado no Estatuto do Pessoal Docente – Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho – a consideração do serviço prestado antes de setembro de 2023 irá provocar novas injustiças para os trabalhadores que transitam desta valência privada para o ensino público, uma vez que aquele tempo de serviço só será reconhecido a partir da entrada em vigor do EPD. O SPRA exige a resolução deste problema, no mais curto espaço de tempo possível.

Educação inclusiva

Considerando que está a decorrer um ano da generalização da educação inclusiva e que um número considerável de escolas da Região abraçou a experiência, durante quatro anos, de implementação deste modelo educativo, considera esta estrutura sindical que deveria ser feita a avaliação política do referido modelo e da sua execução. Não obstante essa avaliação ainda não ter sido feita, é já possível afirmar que é necessário colmatar a falta de recursos humanos para a implementação de uma verdadeira inclusão, tal como é preconizada pelo legislador no preâmbulo da Lei. Outro problema já identificado prende-se com a sobrecarga de trabalho dos docentes, devido à burocracia e aos mecanismos e procedimentos inerentes à aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A. Estes são dois problemas sentidos pelos docentes de todas as unidades orgânicas da Região. Por isso, o SPRA considera que estas reivindicações exigem respostas urgentes.

Recuperação do tempo de serviço

Reivindicamos o cumprimento do acordado com a anterior tutela sobre a recuperação do tempo de serviço congelado entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007,

independentemente do sistema educativo em que foi prestado, e a aplicação do “acelerador de carreira” – DL n.º 74/2023, de 25 de agosto – aos docentes que cumprem os requisitos, mas estão nos quadros dos estabelecimentos da RAA.

A eventual recuperação de serviço docente congelado e prestado noutros sistemas educativos deve também ter efeitos no posicionamento na carreira docente em vigor na RAA.

Remuneração dos docentes em contrato a termo

Não está resolvido o incumprimento da Diretiva Europeia 1999/70/CE, do Conselho da União Europeia, que exige que os docentes contratados sejam remunerados pelo mesmo índice remuneratório que os docentes do quadro com o mesmo tempo de serviço e avaliação, uma vez que a atual redação do ECD tem um efeito prático demasiado limitado. O SPRA considera que não seria mais do que justo que os docentes contratados fossem remunerados de acordo com o seu tempo de serviço, como, inclusivamente, já o foram nos Açores. Não desistiremos desta reivindicação, para resolver uma discriminação inaceitável de docentes com a mesma formação e experiência. Os docentes contratados não podem ser discriminados! Já lhes basta serem precários!

Melhoria dos horários e das condições de trabalho

O desgaste profissional e, consequentemente, da saúde dos docentes, tem consequências que se repercutem não apenas no exercício da sua profissão, mas também durante toda a sua vida. Neste sentido, urge concretizar mecanismos que combatam os fatores de desgaste.

O SPRA reitera a sua reivindicação de iniciar as reduções da componente

O País, a Região, os Professores e a intervenção sindical nos últimos 5 meses

MARÇO

4

Toma posse o novo Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), na sequência das eleições antecipadas de 4 de fevereiro, marcadas devido ao chumbo do orçamento para este ano.

7

João Decq Mota, coordenador da CGTP-IN/Açores,

em declarações à agência Lusa, defende que o novo executivo açoriano tem de combater a “utilização abusiva e sistemática de trabalhadores em falsos recibos verdes”.

8

O SPRA promove uma concentração de professores para alertar para os problemas da profissão e para a necessidade de financiamento adequado da educação. A ação decorre em frente à Escola Secundária das Laranjeiras, em Ponta Delgada, contando com a presença de José Costa, Secretário-geral adjunto da FENPROF.

*

Neste Dia Internacional da Mulher, a Comissão para

a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH, da CGTP-IN, promove mais de 1000 iniciativas em todo o País, sob o lema “Liberdade. Igualdade. Numerosas entidades assinalam a data, integrando-a nas comemorações dos 50 anos de Abril, como sucede nos Açores.

A FENPROF apela à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em carta dirigida à Presidente do seu Conselho Diretivo, Maria Madalena dos Santos Alves, para a necessidade de um prolongamento do prazo do «Concurso de Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos 2023», aberto a 22 de dezembro de 2023 e a encerrar a 21 de março de 2024.

19

A Frente Comum promove uma ação de luta em Lisboa, que inclui um desfile e uma concentração com centenas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, que exigem soluções e respostas imediatas para os problemas dos trabalhadores da Administração Pública – e dos da Administração Local em particular –, e a urgência do reforço dos serviços públicos.

28

A Interjovem/CGTP-IN saúda todos os jovens que no dia anterior (27 de março, em Lisboa e no Porto) saíram à rua em luta na Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores, pelo aumento dos salários,

pela redução dos horários, pelo fim da precariedade, mas também pelas reivindicações específicas e concretas de cada setor e local de trabalho.

29

«Os programas dos partidos do governo e o pensamento liberalizante do ministro designado não devem deixar descansados os trabalhadores das escolas, docentes e não docentes, as famílias, os estudantes, investigadores, outros trabalhadores da Ciência e a sociedade em geral», conclui o Secretariado Nacional da FENPROF, numa primeira reação à nomeação de Fernando Alexandre para Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

ABRIL

1

À SIC Notícias, o Secretário-geral da FENPROF reafirma a expectativa da FENPROF em conhecer os nomes dos Secretários de Estado, visto que, com a fusão do ministério da Educação com o ministério da Ciência e Ensino Superior, estes assumirão maior protagonismo.

2

Toma posse o Governo PSD/CDS, liderado por Luís Montenegro.

letiva por antiguidade aos 45 anos de idade e, pelo menos, 10 anos de serviço. Exigimos, ainda, a eliminação do conceito de horário de estabelecimento, fator que mais contribuiu para a funcionarização da profissão docente e para a sua descaracterização. O serviço docente prestado a partir das 19h deve ser considerado como noturno, como, aliás, está estipulado no Regulamento de Gestão Pedagógica e Administrativa dos Alunos.

O SPRA exige, ainda, a concretização efetiva do rastreio das condições de saúde, dando cumprimento ao previsto no artigo 138.º do ECD.

Finalmente, a realidade do exercício da profissão é bem distinta daquela que conduziu à definição das condições de trabalho, nomeadamente do horário letivo dos docentes. A atribuição de um número excessivo de turmas, alunos, níveis, anos ou funções/cargos, situação agravada no caso dos docentes cujas disciplinas que ministram/lecionam têm uma carga horária semanal reduzida, conduz ao cansaço excessivo, porque se traduz em muito mais horas de trabalho, à dispersão da atenção e do tempo, assim como a um sentimento de incapacidade de realização do trabalho de acordo com as expectativas e as exigências que os professores impõem a si mesmos (porque são profissionais responsáveis) e que os alunos necessitam e merecem. Assim, o SPRA defende a fixação, por docente, de limites máximos de 100 alunos, de 5 turmas e de 2 disciplinas, níveis ou áreas curriculares. A ultrapassagem destes limites deve ter, como consequência, a redução de um tempo da componente letiva, a ser atribuída por cada 20 alunos ou fração, turma, disciplina, nível ou área curricular. ●



Processo negocial SPRA/URIPSSA Os associados têm agora a palavra!

No início de setembro o SPRA vai “ouvir os associados em reuniões plenárias para decidir, ou não, pela assinatura de acordo ou para encetar um processo de luta” nas IPSSs da região. Motivo: a proposta inaceitável, que não melhora as condições de trabalho no setor, apresentada ao SPRA pela União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) em 29 de julho passado.

Nessa reunião, a comissão negociadora da URIPSSA apresentou uma contraproposta à do SPRA que, segundo os próprios, era o acordo assinado no dia 25 de julho com outra estrutura sindical representativa dos docentes. Com tal acordo, alerta o SPRA:

- Não está garantido o fim das 30 horas de trabalho direto com crianças;
- Não está garantido o reconhecimento do desgaste profissional e as consequentes reduções da componente letiva por idade e antiguidade.

“Admitindo que o acordo não garante, objetivamente, nenhuma aproximação aos horários e às condições de trabalho do ensino público, desiderato sempre manifestado pelos nossos associados, a comissão negociadora não se

comprometeu com qualquer acordo sem ouvir os associados, até porque somos uma instituição que se rege por princípios democráticos”, conclui o SPRA.

De salientar que a contraproposta do SPRA contempla, para as creches e educação pré-escolar, horários de trabalho de 35 horas, sendo 24 horas de trabalho direto com crianças e as restantes dedicadas a outras atividades, incluindo as reuniões de atendimento às famílias.

Na contraproposta do SPRA, foi, ainda, introduzida a cláusula do “reconhecimento do desgaste profissional” com a possibilidade de os docentes virem a ter reduções da componente letiva por idade e antiguidade, nos mesmos termos dos docentes do público.

Os associados têm agora a palavra! ●



SPRA na Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA

O uso de telemóveis gera problemas de socialização nas crianças

O alerta foi dado pelo presidente do SPRA na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Regional. O Sindicato foi auscultado a propósito de uma proposta do Bloco de Esquerda (BE), que pretende reduzir o uso de ecrãs nos recreios das escolas da RA Açores.

Na audição parlamentar, realizada na ilha Terceira, António Lucas acrescentou que os alunos “passam demasiado tempo” nos tablets e nos telemóveis, e “os pais não têm noção da falta de socialização” que isso provoca.

De acordo com os dados recolhidos pelo SPRA, a maioria das participações feitas pelos professores, sobre o comportamento dos alunos, está relacionada com o uso indevido dos telemóveis nas salas de aula, como referiu o dirigente sindical, que afirmou noutra passagem:

“É normal vermos os miúdos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, nos

corredores das escolas, sentados no chão, e de telemóveis na mão”. O presidente do SPRA lembrou que a influência das aplicações de telemóveis, com origem no Brasil, por exemplo, está a alterar a forma como as crianças falam. “Nós, hoje, temos um número significativo de crianças no ensino pré-escolar que, apesar de terem pais portugueses, falam “brasileiro”..

Prática desportiva relegada para 2.º plano...

O uso excessivo de telemóveis ou tablets nas escolas provoca também rejeição a algumas disciplinas, dando como exemplo a Educação Física, que se tornou numa “disciplina problemática para os alunos”.

“Isso demonstra a questão da inatividade dos alunos”, alertou o sindicalista, lamentando que a Educação Física, que antigamente era uma das disciplinas preferidas da maioria dos alunos, se tenha transformado, entretanto,

“num papão, como a Matemática”. O presidente do SPRA concorda com a proposta do BE, de reduzir o uso de ecrãs nos recreios das escolas. António Lucas propôs que a medida abrangesse os alunos do 3º ciclo do ensino básico, além dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos, que figuram na resolução dos bloquistas.

A propósito dos manuais

O BE defende também a restrição do uso de manuais digitais, seguindo o exemplo dos países nórdicos (os primeiros a verificar os malefícios das novas tecnologias na aprendizagem das crianças), mas, nesta matéria, o SPRA tem outro entendimento.

“O manual, quer seja em papel, quer seja em formato digital, é apenas uma linha orientadora! Tudo o resto, o professor deve enriquecer o melhor que souber e puder”, justificou António Lucas, defendendo que o uso dos manuais digitais deve depender de cada docente. ●

5

A FENPROF entende ser natural que o primeiro processo negocial seja para devolver o tempo de serviço aos professores, pois, mais do que uma promessa, esse foi compromisso dos partidos do governo, como, aliás, de praticamente todos. No entanto, entende que uma recuperação de 20% ao ano, em 5 anos, é tempo excessivo, ultrapassando o período previsto, para a Legislatura. A FENPROF mantém a proposta que apresentou ao anterior ministro e defendeu durante a campanha eleitoral: recuperação faseada em 3 anos, com início ainda em 2024 (da nota divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF).

*

A CGTP-IN/Açores reúne com o Presidente do Governo Regional, no sentido de dar contributos para a elaboração da Anteproposta de Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024.

8

No início do terceiro período do ano letivo, o Secretário-geral da FENPROF afirma, na CNN, que a falta de professores é um problema crescente, que resulta de uma quebra na atratividade da profissão docente, que leva, por um lado, milhares de professores a abandonar a docência e, por outro, os jovens estudantes a não considerar a profissão docente nas suas perspetivas de futuro.

9 A 12



SPRA e URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) dinamizam ações comemorativas dos 50 anos de Abril em escolas da Terceira. Em destaque estiveram os testemunhos de dois membros da direção da URAP: José Pedro Soares (coordenador nacional) e Carlos Mateus.

12

Tendo como ponto essencial o relatório e contas, realiza-se a Assembleia Geral descentralizada de Associados do SPRA.

*

«Se Maria de Lurdes Rodrigues afirma “rejeio-me no programa deste governo” há motivos, de facto, para que os professores fiquem muito preocupados». Foi assim que o Secretário-geral adjunto Francisco Gonçalves sintetizou as preocupações da FENPROF com o programa do Governo.

16

Carreira, condições de trabalho, combate à precariedade e aposentação como condição para

o rejuvenescimento. São estes os 4 temas das petições, promovidas pela FENPROF, entregues à Vice-Presidente da Assembleia da República, deputada Teresa Morais.

19

A FENPROF reúne com a equipa do MECI. De acordo com a ordem de trabalhos recebida, a reunião tem por objetivo o “arranque das negociações relativas à recuperação do tempo de serviço dos docentes”. Contudo, a FENPROF lembra a equipa ministerial que a valorização da profissão docente passa por dar resposta a muitos outros problemas, com destaque para salário, carreira, estabilidade, condições de trabalho ou aposentação; também

lembra que o regime de mobilidade por doença deverá ser revisto este ano.

*

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas reúne com o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, para auscultação no âmbito do Orçamento Regional para 2024, bem como das Orientações de Médio Prazo. Durante a reunião, é sublinhada a urgência da recuperação do poder de compra dos trabalhadores da administração pública regional e local nos Açores

21

Em abril, a edição n.º 28 da rubrica “Cê de



Inauguração em setembro

Nos 50 anos de Abril, nasce um mural com a assinatura de alunos de todas as escolas da Terceira

No arranque do novo ano letivo, as comemorações dos 50 anos de Abril, na Região Açores, terão um momento especial na Terceira, no dia 13 de setembro, com a inauguração/aplicação de um mural composto por 30 mosaicos cerâmicos elaborados por alunos de todas as escolas da Ilha, durante o ano letivo de 2023/2024. Trata-se de uma iniciativa do SPRA em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) e o apoio técnico do Atelier - ARTEZANISTA.

Como assinala a Direção do SPRA, os 30 mosaicos cerâmicos, com uma dimensão de 60 centímetros de lado e 16 azulejos cada, ficarão dispostos numa parede lateral da Escola Infante D. Henrique (Escola Alto das Covas) - na confluência com a Rua Madre de Deus - e tem composição artística e organização tutelada por um júri/grupo de docentes do Expressão Artística. Nestes 30 mosaicos, iremos encontrar um mosaico com um texto de enquadramento e a lista das escolas/anos de escolaridade e turmas participantes.

Na fase preparatória deste projeto, decorreram reuniões com a finalidade de apresentar e explicar a iniciativa e o local escolhido para a aplicação do mural, reuniões que contaram com a

presença dos elementos do SPRA, da CMAH do Atelier ARTEZANISTA, além dos elementos do Júri para a composição artística. ●



O projeto em números

Além dos 30 painéis, destaca-se uma faixa de 40 azulejos que servirá de título ao mural. Na totalidade, o mural é constituído por 520 azulejos de 15x15, ou seja, 480 azulejos que constituem a totalidade dos painéis mais 40 da faixa no topo que constitui o respetivo título. O mural terá a dimensão de 6 metros (10 painéis de 60 cm cada) por 1,95 (3 painéis de 60 cm mais o título de 15 cm).

Ciência”, da autoria de Ana Paula Pires, docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade dos Açores, é dedicada à Revolução do 25 de abril.

22

No primeiro dia útil após a primeira reunião com o ministro da Educação e os seus secretários de Estado, a FENPROF, em plenário nacional online, dá a conhecer as posições da equipa ministerial nesta primeira reunião, bem como as que assumiu e as propostas que entregou.

24



Várias iniciativas envolvendo a comunidade educativa comemoram a Revolução de Abril na RA Açores. Por exemplo, na manhã de 24, realizou-se, no Alto das Covas, em Angra do Heroísmo, o espetáculo “As Portas que Abril Abriu”, uma dramatização com alunos do 1.º Ciclo e professores

da Escola Infante D. Henrique, sob coordenação de Belarmino Ramos e promovido pelo SPRA

25

No quadro das comemorações do 25 de Abril, decorrem, em vários pontos do País, desfiles e manifestações que ficarão para a memória como das grandes afirmações dos portugueses em defesa da Liberdade, da Democracia e dos valores e das conquistas de Abril.

30

A FENPROF tem um Centro de Documentação com milhares de títulos, o qual é muito solicitado por professores, em geral, e por investigadores,



3 perguntas ao Presidente do SPRA, ANTÓNIO LUCAS

1 Que balanço fazes da intervenção sindical na Região ao longo do ano letivo 2023/2024?

O presente ano letivo foi marcado pela operacionalização da uniformização de condições e horários de trabalho para todos os níveis e ciclos de ensino. Tínhamos algum receio que esta importante vitória tivesse alguns obstáculos intrínsecos a uma longa prática pedagógica centrada na monodocência, facto que, felizmente, não se veio a concretizar, pelo contrário, existe, hoje, um largo consenso em torno desta “revolução”.

Quanto à situação política e sindical, a legislatura foi interrompida no final de 2023, com a queda do Governo e da realização de novas eleições ganhas pela AD, sem maioria absoluta e só no presente mês, tivemos a aprovação do orçamento de 2024.

2 Como podemos definir a atitude da Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto em relação ao Caderno Reivindicativo apresentado pelo SPRA?

Com a tomada de posse do “novo” Governo, solicitámos reunião à SREACD para entrega do caderno reivindicativo. A titular da pasta da Educação, que transitou do anterior Governo para o atual, não fechou as portas à negociação dos aperfeiçoamentos necessários

ao atual diploma de concursos, nem à possibilidade de cumprir o compromisso assumido na anterior legislatura para a recuperação do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007, mesmo para os casos de docentes que não tenham cumprido esse tempo na Região. No entanto, esta questão estaria dependente da abrangência que viesse a ter a recuperação do tempo de serviço do Continente. Quanto ao tempo de serviço perdido nas transições de carreira e à redação final que não foi a acordada em processo negocial e que é significativamente mais restritiva, a SREACD mostrou-se inflexível, mesmo perante a nossa ameaça de encetarmos um processo de luta que incluirá outras questões importantes, como os incentivos à fixação de pessoal docente e a retroatividade da contagem de tempo de serviço em creche.

3 No arranque do novo ano letivo, quais são as prioridades do SPRA?

O arranque do próximo ano letivo terá por base os problemas identificados no caderno reivindicativo, com especial ênfase nos mecanismos legais para o cumprimento de uma carreira com 34 anos para todos (conjugação da lei nacional com a regional) e nos problemas identificados no ponto anterior. ●

Falta de professores – situação preocupante!

O Governo Regional dos Açores estimou que cerca de 900 professores dos quadros da Região (18,43%) se aposentem até 2030 e revelou que, atualmente, apenas 3% dos docentes têm menos de 40 anos, refere um serviço da agência Lusa citado na comunicação social da Região. “Se, de uma forma global, temos perspetivas de aposentação a rondar os 18%, há alguns grupos que são ainda mais preocupantes (...) O grupo de recrutamento de Português no 2.º Ciclo tem uma perspetiva de aposentação de 40%”, avançou a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, Sofia Ribeiro. A governante falava, em Angra do Heroísmo, na apresentação da Estratégia da Educação Açores 2030, que prevê a implementação de 34 medidas relativas às competências dos açorianos e à estrutura do sistema educativo regional. De acordo com o estudo realizado para a elaboração da estratégia, no ano letivo 2022/23, existiam 4.893 docentes nos quadros das escolas açorianas, 15,82% dos quais com mais de 60 anos e 3,06% com menos de 40 anos. “Se, neste momento já estamos a ter dificuldades no recrutamento de professores devidamente habilitados, se nada for feito para reverter este processo, daqui a 10, 15 anos, a situação será muito mais preocupante, porque temos a grande faixa de professores entre os 40 e os 60 anos”, salientou Sofia Ribeiro. ●



principalmente da área das ciências sociais, para os seus projetos de investigação. Essa plataforma, que se encontra acessível em Centro de Documentação da FENPROF, fica disponível a partir de 30 de abril, data em que a Federação completa 41 anos.

MAIO 1

Várias iniciativas assinalam o 1.º de Maio na Região Autónoma dos Açores, a que se associam professores e educadores, como sucede em Ponta Delgada (parque florestal do Pinhal da Paz) e em Angra do Heroísmo (Praça Velha). Por seu turno, o Grupo de Teatro Alpendre, da Terceira, estreia na

sua sede o espetáculo “Catarina Eufémia - o rosto da luta de um povo”, com encenação e coordenação de Belarmino Ramos e produção de Eduardo Contente.



2

Começam as provas de aferição. Face aos abusos que estão a ser praticados, a FENPROF decidiu apresentar pré-avisos de greve para os dias 9 a 13 de maio e 16 a 27 de maio, a todas as tarefas decorrentes

da realização das provas de aferição atribuídas a docentes que não tenham sido dispensados do serviço previsto no seu horário semanal de trabalho.

7

A pedido do SPRA, decorre a reunião com a Secretaria Regional da Educação. A intenção do Sindicato era abordar os principais problemas sentidos pelos docentes e pelas escolas da Região, reunidos no caderno reivindicativo entregue à tutela. No entanto, esta mostrou a sua falta de vontade política para cumprir os compromissos assumidos pelo anterior governo regional, na negociação do atual Estatuto. Para o Sindicato, a realidade vivida pelas escolas mostra a urgência de agir na



Rankings de escolas

E para o ano há mais... os interesses privados agradecem!

Os rankings servem apenas para promover o ensino privado. Educar é muito mais do que treinar alunos para fazer exames. Basta de demagogia e de mistificação em torno dos rankings!

Esta mensagem da FENPROF foi uma das poucas afirmações esclarecidas nos dias em que a comunicação social insistiu, de manhã à noite, nos resultados dos rankings de escola 2023 (divulgados no dia 12 de julho).

Como a FENPROF tem referido, os rankings servem apenas para promover o ensino privado, escondendo as realidades em que colégios e escolas públicas desenvolvem a sua atividade:

- Os colégios privados, escolhendo os alunos, chegando ao ponto de recusar os que

possam prejudicar o seu lugar no ranking; - As escolas públicas, abrindo portas a todos os alunos e garantindo-lhes condições de sucesso que, em muitos casos, passa por evitar que haja alunos a abandonar precocemente a escola.

Comparar alhos com bugalhos

Comparar a média obtida pelos alunos de colégios e escolas públicas é comparar alhos com bugalhos, sendo lamentável que responsáveis do MECI venham afirmar que estes rankings são uma mais valia. Acresce que os dados divulgados não são transparentes, pois informações divulgadas sobre a origem dos alunos das escolas públicas são omitidas em relação aos dos colégios privados. Simples esquecimento? Não, não foi.

A FENPROF recorda que diversos países já abandonaram este processo de mal comparar escolas, estigmatizando umas para promover outras. O caso da Irlanda chega a ser paradigmático, com o próprio Supremo Tribunal a dar razão ao ministério da Educação, que se recusava a entregar os resultados aos jornais, por considerar que essa recusa era a decisão que melhor servia os interesses do sistema educativo irlandês.

Quem se aproveita sempre dos rankings é o diretor-executivo da CNEF, Rodrigo Queiroz e Melo, que não perdeu tempo para atacar os concursos de professores. Ademais, aproveitou para voltar a defender um sistema de financiamento público da Educação que trate público e privado como se da mesma resposta se tratasse.

A memória dos portugueses não é curta e bem nos lembramos das muitas situações de abuso que se comprovaram quando isso quase aconteceu, com a celebração de contratos de associação com colégios que não reuniam os requisitos para tais contratos, conclui a FENPROF. ●

Quatro temas bem mais interessantes do que divulgar resultados de rankings

Mais do que promover corridas e comparações para favorecer o privado, a opinião pública, as comunidades educativas, as entidades relacionadas com o setor educativo deviam aproveitar o generoso tempo de antena dispensado aos rankings para dinamizar - isso sim - a discussão em torno de outros temas... não os que os interesses privados pretendem. A FENPROF aponta quatro exemplos:

- Como reforçar os recursos das escolas públicas para que estas deem ainda mais e melhores respostas a todos os alunos, num tempo marcado pela diversidade?
- Por que razão sucessivos estudos confirmam que os alunos provenientes das escolas públicas obtêm melhores resultados no ensino superior do que os que estudaram em colégios privados?
- A quem interessa continuar a usar os rankings para estigmatização das escolas públicas?
- A quem interessa um sistema de avaliação externa de alunos, como o que o governo terá aprovado (11 de julho de 2024), assente em exames a começar logo no 4.º ano de escolaridade?

Centro de Documentação da FENPROF

Renova-se e simplifica-se o acesso a vasta informação sobre Educação, Sindicalismo e, também, sobre a resistência e luta dos professores antes do 25 de Abril de 1974. A FENPROF tem um Centro de Documentação com milhares de títulos, o qual é muito solicitado por professores, em geral, e por investigadores, principalmente da área das ciências sociais, para os seus projetos de investigação. Com espólio sindical vastíssimo e centenas de documentos de relevante interesse profissional e pedagógico, a FENPROF decidiu renovar e simplificar o acesso aos dados existentes, criando, para o efeito, uma plataforma para requisição e consulta destes mesmos documentos. Essa plataforma, acessível em Centro de Documentação da FENPROF, está disponível desde o passado dia 30 de abril, data em que a FENPROF completou 41 anos de vida e luta. Entre outros documentos, destacam-se o historial sobre a criação da FENPROF, bem como o espólio dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente que tiveram particular importância antes do 25 de Abril de 1974, quando os Sindicatos de Trabalhadores da Administração Pública eram proibidos. Estes Grupos de Estudo

foram o embrião dos sindicatos livres criados após o 25 de Abril. Esse espólio ficou disponível online, com todo o material praticamente digitalizado, desde maio passado. No total, o Centro de Documentação da FENPROF constitui um vasto acervo documental com mais de oito mil registos, em que se destacam temas como as Ciências da Educação, o Sindicalismo Docente ou o Mundo Laboral, em geral. Também podem ser consultados documentos relativos a alguns dos processos negociais mais importantes desenvolvidos entre a FENPROF e as diversas equipas governativas da Educação, tais como documentos apresentados por ambas as partes, pareceres entregues pela FENPROF, propostas e projetos entregues ao governo, ao longo dos últimos 42 anos. Estão, ainda, disponíveis todos os números do Jornal da FENPROF e de muitos outros jornais sindicais, revistas temáticas, entre muito outro material, que estará, agora, disponível para quem deles necessitar. ●



<https://cd.fenprof.pt/Opac/Pages/Help/Start.aspx>



Prémio António Gedeão 2024

A FENPROF, em colaboração com a SABSEG – Corretor de Seguros, criou, em 2012, um Prémio Literário destinado a Professores. O Prémio é anual, alternando entre poesia e ficção. De acordo com o Regulamento, este prémio alterna a

poesia (Prémio António Gedeão) e a ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues) e pretende valorizar o trabalho dos professores, também, para além do que é a sua exigente atividade na escola, daí a escolha da data em que se assinala o Dia Mundial dos Professores (5 de outubro) para a sua atribuição. Em 2024, o Júri presidido por Paulo Sucena (em representação das entidades promotoras), distinguirá uma obra publicada nos anos de 2022 e 2023. ●

valorização da profissão e da carreira docente, na fixação do corpo docente, no combate ao desgaste profissional e no rejuvenescimento do corpo docente.

8

No 1.º trimestre, a taxa de desemprego nos Açores é estimada em 7,0%, revela o Serviço Regional de Estatística da região. São mais 0,8 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e mais 0,1 p.p. relativamente ao trimestre anterior.

10

Em conferência de Imprensa, Mário Nogueira sublinha que se não forem atendidas as propostas apresentadas e que garantem a resolução adequada

e justa da recuperação do tempo de serviço, os professores terão de partir inevitavelmente para a luta.

* O Conselho Nacional da FENPROF, órgão máximo entre Congressos, reúne em Lisboa, nos dias 10 e 11. O CN toma posição sobre várias matérias e assinala o cinquentenário do 25 de Abril com uma sessão-debate com a participação de Rosado da Luz (capitão de Abril) e Maria Manuel Calvet Ricardo (elemento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente).

13

À saída da segunda reunião de negociação para a recuperação do tempo de serviço dos professores, Mário Nogueira revela que a FENPROF registou

a existência de alguns avanços na proposta apresentada pelo MECI.

* De 13 a 17 de maio decorre, na Praia da Vitória (Terceira), o 25.º campeonato regional das profissões - Azores Skills, com a participação de 86 alunos de 13 escolas profissionais da RA Açores.

15

A FENPROF envia ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação a sua segunda contraproposta negociada de recuperação do tempo de serviço dos professores e dos educadores. Sem deixar de registar os compromissos verbalizados na reunião realizada, esta contraproposta tem como referência

não o que foi afirmado, mas o que se encontra escrito no último documento entregue pelo MECI.

17

A exigência de políticas objetivas de melhoria dos salários, política fiscal, carreiras e reforço dos serviços públicos esteve no centro da greve realizada pelos trabalhadores da Administração Pública neste 17 de maio, na qual participam educadores de Infância e professores dos ensinos básico e secundário que exercem a sua atividade em serviços públicos, de natureza privada e no setor social, em todo o território nacional.

* Neste Dia Internacional de Luta contra a Homofobia,

Transfobia e Bifobia, a CGTP-IN manifesta o seu compromisso de lutar contra todo o tipo de discriminações, nos locais de trabalho e na sociedade.

20

O aumento geral e significativo dos salários é determinante para uma estratégia de desenvolvimento do País, destaca o Conselho Nacional da CGTP-IN.

* "Israel deve ser responsabilizado pelos seus crimes e violações do direito internacional", afirma o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) que apela à mais ampla ação de exigência de um cessar-fogo permanente e imediato, do acesso à

urgente ajuda humanitária à população palestina na Faixa de Gaza, da criação do Estado da Palestina, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Leste, e do cumprimento do direito de regresso dos refugiados palestinos, conforme as resoluções das Nações Unidas.

* Dia da Região Autónoma dos Açores.

21

A FENPROF participa, no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), na última reunião do processo negociado ordinário, iniciado em 3 de maio, visando devolver aos docentes o tempo de serviço que estes perderam nos períodos de congelamento



Ensino Superior e Investigação

FENPROF aponta ao MECI “4 grandes prioridades”

A precariedade e as ameaças ao emprego, particularmente entre os investigadores, estiveram no centro das preocupações que uma delegação da FENPROF levou ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), numa reunião pedida há muito pela Federação.

A Federação apresentou as principais prioridades de natureza sindical para o Ensino Superior e Investigação e o MECI deu a conhecer uma síntese do seu projeto de novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC). Os sindicalistas presentes sintetizaram quatro grandes prioridades que carecem

de resolução urgente:

À cabeça, a necessidade de dar resposta aos cerca de 3500 investigadores do DL57 que terminam os seus contratos entre 2024 e 2025. O FCT-Tenure contempla apenas mil vagas, pelo que não é solução para esta vaga de desemprego e se exige uma solução urgente que evite um grave retrocesso no Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

A segunda prioridade tem a ver com o “descongelamento das carreiras”. Os estatutos das carreiras docentes (universitária e do politécnico) apenas contemplam a obrigação da subida de escalão para aqueles que obtenham classificação máxima durante seis anos seguidos. Todos os restantes que já

acumulam pontos suficientes para subir de escalão têm tido a progressão barrada porque, na interpretação das Instituições de Ensino Superior suas empregadoras, a progressão só pode ser feita se for publicado um despacho conjunto dos ministérios da educação e das finanças - coisa que nunca ocorreu. Esta situação é inadmissível e levou os docentes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra a entrar em greve às avaliações do 2.º semestre deste ano, com uma significativa adesão. A situação dos trabalhadores precários (docentes e investigadores) representa a terceira prioridade, exigindo-se a criação de um mecanismo com critérios objetivos que permita identificar os falsos convidados e integrá-los nas carreiras, associando



A tutela não pode cruzar os braços face à ameaça de desemprego para milhares de trabalhadores qualificados e com carreiras longas, possivelmente reduzindo os investigadores a 1/3 do número atual, o que corresponderá a uma absurda e irracional perda para o sistema da elevada experiência adquirida e das altas qualificações alcançadas por estes investigadores, cujos vencimentos vêm sendo pagos há largos anos. A FENPROF defende que é necessário e inadiável implementar um mecanismo de estabilização destes trabalhadores precários e reforçar os quadros de investigadores com condições dignas para trabalhar.

um vínculo permanente a uma função permanente.

Finalmente, em quarto lugar, a FENPROF destacou a necessidade de prosseguir com uma nova vaga de concursos internos, que permita consolidar os progressos, entretanto, realizados para o cumprimento dos rácios definidos nos estatutos das carreiras, mas que deixam ainda uma grande margem de progressão neste campo.

Outras questões estiveram também em cima da mesa, como o Ensino Superior Particular e Cooperativo, a equiparação das condições de remuneração e carga horária entre os subsistemas universitário e politécnico, o financiamento do sistema de Ensino Superior e o rumo da revisão do RJIES. Relativamente ao RJIES, foi reclamada pela FENPROF a necessidade de se promover uma melhor participação democrática dos docentes e investigadores e acabar com o regime fundacional.

Calendário negocial

A FENPROF requereu também ao Governo a elaboração de um calendário negocial que permita construir uma via de diálogo para resolver todas as questões enunciadas e outras que se venham a colocar.

No ponto destinado à apresentação do projeto de novo ECIC, o MECI apresentou uma síntese do documento que apenas na véspera, às 23h20, havia remetido à FENPROF. Não havendo ainda condições para uma análise cuidada do articulado

do projeto, foi sublinhado que a questão urgente se prende com a necessidade do ingresso dos investigadores precários em lugares de carreira. No entanto, foi possível verificar já que este projeto mantém os dois maiores problemas apontados ao projeto congénere divulgado pelo governo anterior em dezembro de 2023: a criação da obrigatoriedade de serviço docente para os investigadores; e a importação dos defeitos do modelo de avaliação das carreiras docentes, que urge corrigir e não reproduzir.

Pela parte do MECI, não se pode dizer que tenha havido grande abertura para tratar dos problemas elencados. Relativamente à vaga de desemprego que se abate sobre os investigadores em 2024-25, o MECI informou que a única ação que tem prevista é usar a primeira edição do programa FCT-Tenure, desenhado pelo anterior governo (1000 contratos), para atenuar o desemprego daqueles. O ministro afirmou ainda ter a esperança de que os lugares que vierem a ficar vagos nos próximos anos nas universidades e nos politécnicos pelas aposentações dos professores mais velhos possam vir a ser ocupados por alguns dos investigadores desempregados.

A FENPROF deixou claro que este cruzar dos braços vai resultar no desemprego de milhares de trabalhadores qualificados e com carreiras longas, possivelmente reduzindo os investigadores a 1/3 do número atual, o que corresponderá a uma

absurda e irracional perda para o sistema da elevada experiência adquirida e das altas qualificações alcançadas por estes investigadores, cujos vencimentos vêm sendo pagos há largos anos. A FENPROF defendeu, portanto, que é necessário e inadiável implementar um mecanismo de estabilização destes trabalhadores precários e reforçar os quadros de investigadores com condições dignas para trabalhar.

Relativamente ao “descongelamento das carreiras”, o MECI foi taxativo ao afirmar que a não publicação do despacho conjunto não era um obstáculo à subida de escalão e comprometeu-se a resolver o problema nos próximos dias. Relativamente à equiparação entre as carreiras dos dois subsistemas, manifestou total abertura, porém sem se comprometer com qualquer prazo.

Plenário nacional de docentes e investigadores

No dia a seguir à reunião com o MECI, a FENPROF realizou um plenário destinado a discutir o conteúdo dessa reunião e debater com os colegas o que fazer. Perante os resultados da reunião, fica claro que a relativa recetividade do ministro às várias questões levantadas não será suficiente. Para obter resultados será necessário avançar com ações que poderão variar de instituição para instituição e deverão ser decididas e debatidas em reuniões com os docentes e os investigadores. ●

e ainda não recuperaram. Ao início da tarde, fica a saber-se que MECI e FNE tinham assinado um acordo que, ao longo da tarde, o Ministério quis impor às restantes organizações sindicais, desrespeitando as mais elementares normas da negociação coletiva. *

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP), em representação das suas associadas, tem, reiteradamente, boicotado a negociação dos processos de contratação coletiva com a Comissão Negociadora Sindical (CNS), mantendo uma postura de intransigência, no que se refere à melhoria das condições de trabalho e à valorização salarial dos trabalhadores das Misericórdias.

22

Mais de 1 300 docentes participam no Plenário Nacional promovido neste dia pela FENPROF. Em votação, foi aprovado o pedido de negociação suplementar do diploma sobre recuperação do tempo de serviço aos professores, o que se concretizará na sexta-feira, dia 24. Foi, também, aprovada a realização de uma concentração de docentes excluídos ou só parcialmente considerados pelo texto apresentado pelo Ministério em 21 de maio e que não mereceu o acordo da FENPROF.

23

Com 100 por cento dos votos, é eleita a lista

única candidata à Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas, para o triénio 2024/2026, encabeçada por Nuno Martins Neves, jornalista do Açoriano Oriental, com o tema ‘Por um Jornalismo Mais Forte nos Açores’.

24

O Plano e Orçamento da RA Açores para 2024 são aprovados por maioria na Assembleia Regional, com 31 votos a favor do PSD, CDS-PP, PPM e Chega; 25 abstenções do PS, da IL e do PAN e um voto contra do BE.

26

Realiza-se em Angra do Heroísmo a 5.ª Corrida

Regional do Professor. A iniciativa é do Sindicato dos Professores da Região Açores, em parceria com a Associação de Atletismo da Ilha Terceira e com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e cumpriu-se a correr e a caminhar, com partida da Praça Velha. A Corrida visa promover a prática desportiva, nomeadamente, entre os professores e entre outros elementos da comunidade educativa.

27

A FENPROF não desiste de melhorar o mecanismo de recuperação que lhe foi apresentado e estará na primeira linha do esclarecimento, do apoio, da ação para melhorar o mecanismo de recuperação, da luta por um tratamento igual para todos os

professores/as e educadores/as. Nesse sentido, lança um documento onde explica os motivos que levaram a FENPROF a não assinar o acordo com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

* Decorre, em frente ao Ministério do Trabalho, em Lisboa, uma concentração promovida pela FENPROF, para exigir uma reunião com a ministra tendo em vista a necessidade da reinscrição de docentes na Caixa Geral de Aposentações (CGA). Uma delegação da FENPROF é recebida pelo chefe de gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, que se compromete a dar prioridade à questão e a marcar uma reunião com vista à resolução do problema.

28

Retomando e atualizando a informação divulgada no passado dia 16 sobre o número de professores a caminho da aposentação, o “Açoriano Oriental” acrescenta que, até 2031, se reformam 424 assistentes operacionais e 902 docentes na Região.

29

A página da FENPROF publica um documento de perguntas e respostas possíveis sobre a recuperação do tempo de serviço.

30

“Foram 11 minutos de reunião, porque a senhora secretária de Estado vinha preparada apenas para

7 objetivos fundamentais dos trabalhadores científicos



Os trabalhadores científicos, através de várias ações, continuam a chamar a atenção da opinião pública e da tutela para a crónica e gravíssima situação de precariedade que se vive no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) português. No Dia Nacional dos Cientistas (16/05), divulgaram um manifesto em que se sintetizam 7 objetivos essenciais. Aqui ficam:

1. Garantir o financiamento consistente para o emprego científico de doutorados

(Garantia de que o dinheiro hoje alocado ao emprego científico continue a financiar emprego de doutorados. Reconhecimento e continuidade do trabalho científico desenvolvido no SCTN);

2. Garantir um mecanismo de financiamento permanente para a contratação para a carreira de investigação científica

(Urgente definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento

da integração na carreira de investigação científica com necessária dotação orçamental em sede de OE. Imediata definição de garantias de efetivo financiamento dos concursos para a carreira decorrentes do DL57. Ingresso imediato e progressão de trabalhadores que há décadas garantem o funcionamento do SCTN);

3. Revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituir todas as bolsas por contratos de trabalho

(Substituir todas as bolsas por contratos de trabalho. Garantir a consagração de direitos a estes trabalhadores e combater a desproteção absoluta a que o EBI os relega. Criar mecanismos de compensação para reformas de todos os que trabalham ou trabalharam ao abrigo do EBI. Atualizar, de forma sustentada, o valor das bolsas, de forma a corresponder ao aumento do custo de vida, com uma atualização extraordinária ainda em 2024. Reverter o desproporcionado aumento de bolsas em ambiente não académico);

4. Contratar para as carreiras os trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas que correspondem a necessidades permanentes das instituições

(Integração e valorização funcional e salarial dos trabalhadores que exercem funções de carácter permanente);

5. Integrar nas carreiras os «falsos» docentes convidados

(Regularização de vínculos dos falsos docentes convidados. Integração na respetiva carreira. Responder ao envelhecimento acelerado e às próximas aposentações de muitos docentes permanentes);

6. Pôr fim ao subfinanciamento crónico das Instituições de Ensino Superior e de Ciência

(Aumento das transferências do Orçamento do Estado. Revisão do modelo de funcionamento da FCT, tornando-o mais transparente e previsível. Inverter a atual “cultura de projeto” para permitir a definição

de estratégias científicas de médio e longo prazo. Valorizar a investigação livre em qualquer domínio científico e não exclusivamente dependente de concursos competitivos);

7. Resolver os problemas criados pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), repondo a gestão colegial, participada e democrática das instituições

(Instituições de Ensino Superior que sejam norteadas pelo bem comum. A construção de uma academia de ensino e de formação humanística. Que a reflexão crítica desempenhe um papel central).

As organizações representativas dos trabalhadores científicos em Portugal, juntamente com todos os trabalhadores do setor, continuam a lutar pela dignificação do trabalho científico e de todas as profissões ligadas ao ensino superior e à ciência; pelo fim da legislação que permite e promove a discriminação negativa dos trabalhadores do sistema científico nacional e pela melhoria e desenvolvimento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

“Felicidade era acabar com a precariedade”

No Dia Nacional dos Cientistas, os trabalhadores científicos, doutorados e não doutorados, realizaram uma ação de sensibilização contra a precariedade laboral na ciência e pela integração nas carreiras, sob o mote «Felicidade era acabar com a precariedade», dirigida aos participantes na conferência «Caminhos do Conhecimento: a indústria e a ciência da felicidade», que

contou com a presença da Secretária de Estado da Ciência, Ana Paiva, na sessão de abertura.

Uma vez mais, os trabalhadores científicos protestaram contra a crónica e gravíssima situação de precariedade que se vive no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) português, denunciando que ela não será resolvida enquanto se mantiver a possibilidade de recorrer a bolsas para pagar o trabalho desenvolvido por trabalhadores científicos, nem pelo muito reduzido e restrito programa FCT Tenure, tardia e paliativamente iniciado pelo governo anterior e cujos resultados ainda se aguardam enquanto investigadores vão vendo os seus contratos terminarem sem perspectivas da justa integração nas carreiras.

Na ocasião, a Secretária de Estado recebeu o manifesto das organizações e entidades presentes (*) deixando a promessa de abertura ao diálogo da parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação. ●

(*) Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ), Investigadores da FCUL; Núcleo de Investigadores do Instituto Superior Técnico (NInTec); Núcleo de Bolseiros, Investigador@s e Gestor@s de Ciência da NOVA FCSH; Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC); Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis; Núcleo de Investigadores da NOVA-FCT (SciNova-FCT); Universidade Comum



Como alerta a FENPROF, no Ensino Superior e na Ciência, são os elevadíssimos índices de precariedade laboral e a continuada desvalorização das carreiras que começam a afastar do sistema um cada vez maior número de docentes e investigadores, ao mesmo tempo que empurram para situações graves de sobretrabalho e de burnout os que por lá se mantêm, situações que só poderão ser efetivamente resolvidas com uma revisão séria dos mecanismos de contratação de docentes e investigadores e de financiamento das instituições públicas do ensino superior e da investigação.

se apresentar e à sua equipa. A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública vinha preparada para iniciar um processo negocial de aumentos intercalares de salários. Não abdicamos dessa reivindicação”, afirma o coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, em declarações aos jornalistas, após a reunião com a secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, no Ministério das Finanças, em Lisboa.

31

Na sua página, a Universidade dos Açores (UAc) informa que lançou os concursos públicos para conceção-construção de três novas residências universitárias, que vão acrescentar 270 camas à

capacidade de alojamento da instituição (120 em Ponta Delgada, 100 em Angra do Heroísmo e 50 na Horta).

JUNHO

1

A CIMH - Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN - considera que não é possível falar dos direitos das crianças, sem falar dos direitos e das condições de vida e de trabalho dos seus pais e das suas mães, alerta a Central, neste Dia Mundial da Criança.

3

Começa em Genebra (Suíça) a 112.ª Reunião da

Conferência Internacional do Trabalho, da OIT. Participa uma delegação da CGTP-IN.

4

Em regime de webinar, a FENPROF realiza um concorrido plenário de docentes de Educação Especial e Intervenção Precoce, destinado a sócios dos sindicatos da Federação. Tema em destaque: as condições de trabalho dos docentes no setor. *

Quase duas centenas de alunos de 40 estabelecimentos de ensino responderam ao apelo da FENPROF para participar no concurso «50 anos do 25 de Abril, 50 anos de Liberdade».

6

“O tempo é para ser todo recuperado por todos e sem novas perdas”. Cumprindo o seu compromisso com o esclarecimento dos professores e educadores sobre o sucedido nas reuniões de negociação com o MECI, a FENPROF realiza um plenário sindical imediatamente após a reunião de negociação suplementar do processo de recuperação do tempo de serviço dos professores e educadores e ainda em frente às instalações do MECI. *

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local defende a urgência no processo negocial com base na «PRC2024» e rejeita a intenção

do Governo de adiar a negociação para setembro, reafirmando que a resolução dos problemas dos trabalhadores não pode esperar pela discussão do Orçamento do Estado para 2025.

7

A imprensa açoriana cita palavras do secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública: “Até 2030, 5 828 trabalhadores alcançarão ou ultrapassarão os 66 anos de idade. São cerca de 30% do total dos trabalhadores que temos na Administração Pública Regional. Para além disso, até 2030, teremos cerca de nove mil trabalhadores, o que representa 48% dos trabalhadores da Administração Pública, com 60 anos ou mais”, afirma Duarte Freitas.

*

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo, Transportes e Outros Serviços dos Açores (SITACEHTT) e os seus associados realizam uma jornada de luta no setor privado, na ilha Terceira, com uma concentração de trabalhadores na Praça Velha, em Angra do Heroísmo.

9

Decorrem eleições para o Parlamento Europeu. Portugal elege 21 dos 720 deputados. O PS vence com 8 mandatos.



RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES

FENPROF esclarece 4 perguntas e 4 respostas

1. O diploma divulgado a 11 de julho é importante para os professores?

A corresponder ao que se pode prever, será um diploma de grande importância para um elevado número de professores, o que levou a FENPROF a congratular-se, posição que mantém, registando que o mesmo não resulta de qualquer acordo, mas da forte luta que os professores, valentemente, travaram ao longo de anos, com particular expressão em 2023.

2. Podia-se ter ido mais longe?

O acordo que a FENPROF não subscreveu terá mesmo sido um entrave a que se tivesse podido ir mais longe, ainda que, no âmbito da negociação suplementar, que a FENPROF requereu, se tivessem obtido alguns avanços e clarificações importantes que o texto apresentado para acordo não contemplava. São disso exemplo, entre outros aspetos, o tratamento não discriminatório dos docentes que progredem, entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2024, aos 5.º e 7.º escalões, relativamente aos que progredirão a partir de 1 de setembro, ou a possibilidade de os docentes que antecipam a progressão por via da recuperação do tempo de serviço poderem mobilizar a avaliação anterior e formação já realizada, à razão de 12,5 horas por ano, em vez de terem de, no prazo de um ano, assegurar aqueles requisitos.

3. Há professores prejudicados?

A FENPROF não poderia assinar um acordo que: deixou de fora mais de 13 400 docentes que perderam tempo de serviço e nada irão recuperar; os que poderão recuperar, mas apenas parte do tempo que perderam; os que, tendo perdido tempo de serviço para não ficarem retidos nas listas de vagas, veem o tempo de retenção a ser recuperado, enquanto, o que perderam para graduação na lista, ficará perdido.

4. E agora (em 11/07)?

Aprovado o diploma, a FENPROF aguarda a marcação de reunião da comissão técnica de acompanhamento, que deverá acontecer logo após a publicação do decreto-lei, para, nesse âmbito, poder clarificar aspetos que, por serem de interpretação dúbia, poderiam levar a uma aplicação contrária ao objeto do diploma legal. Simultaneamente, irá requerer aos grupos parlamentares que, sem efeitos suspensivos, possam corrigir alguns dos aspetos que lesam docentes, gerando desigualdades. Tal como esteve na negociação, a FENPROF continuará a pugnar pelos direitos e interesses dos docentes, de todos os docentes, pois é essa a sua obrigação como organização que os representa. ●

Adaptação e síntese da nota de imprensa divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF no próprio dia em que foi divulgado o diploma do Governo (11.07.2024)

CGTP-IN / Açores aponta a importância da formação profissional

A CGTP-IN/Açores exige “a efetivação do direito à formação profissional certificada (40 horas anuais), prevista no Código do Trabalho, o que não é cumprido por uma parte substancial de empresas da Região”. A Central tem levado esta matéria aos contactos estabelecidos com o poder político regional e à intervenção sindical nas ilhas.

Além de lembrar que “os trabalhadores contratados a termo por período igual ou superior a 3 meses têm direito a um número mínimo de horas de formação contínua proporcional à duração do seu contrato, no ano da contratação”, a Inter sublinha:

“Na contagem do mínimo de horas anuais de formação, são consideradas as horas de dispensa de trabalho para frequência de aulas e de faltas para prestação de provas de avaliação ao abrigo do regime do trabalhador-estudante, bem como as ausências no âmbito do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências». A CGTP-IN / Açores defende “a criação de um programa regional de formação profissional, para o aumento das qualificações, em geral” e destaca a necessidade de sensibilizar as empresas e as entidades “para a aplicabilidade do regime do trabalhador-estudante”. ●



CGTP-IN mobiliza opinião pública e trabalhadores Por um mundo de paz e progresso social

A instabilidade da situação internacional e os perigos que acarreta reclamam a participação, ação, intervenção e luta dos trabalhadores e dos povos na exigência da paz.

A situação que se vive no Médio Oriente e, em particular, na Palestina, é de extraordinária gravidade. O governo israelita, suportado pelos EUA e os seus aliados na NATO, leva a cabo o massacre do povo palestino, com os bombardeamentos criminosos na Faixa de Gaza - um verdadeiro genocídio, a que urge pôr termo com um cessar fogo imediato, bem como pôr fim a décadas de ocupação e opressão com a concretização de uma Palestina livre, independente e soberana, com a concretização das resoluções da ONU, nomeadamente, quanto à criação dos dois estados, condição essencial para a paz na região. O governo português deve afirmar Portugal como um defensor da paz e da cooperação entre os povos e assim reconhecer o estado da Palestina.

Acresce a escalada de confrontação, com o bombardeamento de diversos países na região e com um novo patamar iniciado pelo bombardeamento e destruição de edifícios do consulado do Irão na Síria, por parte de Israel, e do ataque de resposta do Irão, ações para as quais se exige o fim imediato, bem como a abertura de paz e respeito pelo direito internacional.

A CGTP-IN valoriza a realização das ações em defesa da paz e de solidariedade com o povo palestino que têm ocorrido em todo o País e a importante participação dos trabalhadores nas mesmas, apelando à continuação da mobilização dos trabalhadores, reformados e pensionistas, para a luta por um mundo de paz e progresso social.

Num contexto em que cada vez assumem maior expressão, e com maior frequência, apelos à corrida aos armamentos, de incremento da guerra e da confrontação no continente europeu, onde a União Europeia e os estados membros desviam somas avultadas

para a promoção da guerra, ao mesmo tempo que desinvestem nos serviços públicos e atacam direitos e condições de vida dos trabalhadores e dos povos, exige-se a posição corajosa de defender o respeito pelo direito internacional, a solução negociada dos conflitos e a luta pela paz em todo o mundo.

Dar uma oportunidade à paz

Muitos outros conflitos continuam em todo o mundo com milhares de feridos e mortos. As guerras e sanções são contra o interesse dos trabalhadores e dos povos, mas servem o interesse das grandes empresas e do capital. A CGTP-IN expressa a sua solidariedade aos povos da Ucrânia, Iêmen, Iraque, Líbia, Moçambique, Etiópia e aos povos de Cuba, Venezuela e Saara Ocidental. É necessário dar uma oportunidade à paz e pôr fim à guerra e aos bloqueios, rejeitando o aumento do militarismo e do belicismo, e o reforço da intervenção da ONU na busca de soluções que assegurem a resolução pacífica dos conflitos como um caminho essencial na construção da Paz. ●

12

A página da FENPROF apresenta uma atualização do documento perguntas e respostas possíveis - na sequência da reunião de negociação suplementar realizada em 6 de junho. Dessa reunião, recorde-se, “resultaram esclarecimentos e soluções que são positivos para os professores.

14

O programa apresentado pelo Governo designado “+ Aulas; + Sucesso” é pouco ambicioso, ao prever reter e atrair 3400 docentes para dar resposta a um problema já existente, que se tem vindo a agravar e que, no futuro próximo, se tornará ainda mais preocupante, observa a FENPROF.

*

Realiza-se, no Porto, uma nova jornada de solidariedade, exigindo Paz no Mundo e uma Palestina Livre. O desfile ligou a Praça da Batalha à Praceta da Palestina.

17

FENPROF realiza uma conferência de Imprensa em Lisboa em que divulga os resultados do inquérito realizado aos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, já este ano letivo, sobre os horários e condições de trabalho.

18

Após muita insistência, a FENPROF reúne no MECI

para, finalmente, discutir as questões relativas ao Ensino Superior e Investigação, onde os problemas são muitos, mas as soluções tardam.

19

A FENPROF, em plenário on line, informa os docentes e os investigadores sobre o teor da reunião realizada no dia anterior, dedicada ao ensino superior e investigação.

20

“O plano do Governo para superar falta de professores não resolve problema de fundo, nem problemas imediatos”, alerta a FENPROF, em conferência de imprensa. São muitos os aspetos

que o PowerPoint apresentado pelo governo não esclarece; são muitas as matérias que, para serem aprovadas, carecem de negociação prévia, que é obrigatória por lei. No início da semana, a FENPROF pediu uma reunião ao ministro, a realizar com caráter de urgência, que, nesta data, ainda não foi convocada.

*

Realiza-se, ao nível nacional, de 20 a 27, e por iniciativa da CGTP-IN, uma semana de esclarecimento, ação e luta, com o lema “Aumentar salários | Garantir direitos | Combater a exploração e as desigualdades”. Em várias localidades, decorrem plenários, tribunas públicas, concentrações e greves.

21

Dia de luta nas Misericórdias. FENPROF convoca greve, em conjunto com os Sindicatos representativos dos não docentes. Por uma atualização salarial em 2024, com retroativos a janeiro. “Exigimos a equiparação à carreira docente das IPSS.” “Queremos a revogação de uma norma transitória que se mantém, há 18 anos, a bloquear a progressão em creche”

25

Milhares de trabalhadores da Administração Local, do setor empresarial e empresas concessionárias, de todo o País e do Município de Lisboa protestam, na capital, e entregam um abaixo-assinado a

exigir a valorização das suas profissões e a justa compensação pelo trabalho que desempenham diariamente.

26

Decorre o plenário nacional on line, convocado pela FENPROF, sobre as questões da mobilidade por doença.

*

É assinado o primeiro Acordo de Empresa (AE) entre a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a FENPROF, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, o Sindicato Nacional dos Psicólogos e o Sindicato



Relatório da ONU alerta 120 milhões de pessoas deslocadas à força

De acordo com dados publicados no Relatório anual da Agência das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR –, em maio passado, existiam 120 milhões de pessoas deslocadas à força, o que equivale à população do 12.º maior país do mundo, mais ou menos do tamanho do Japão. Este número tão elevado, assim como os aumentos que se têm vindo a verificar por 12 anos consecutivos, são o reflexo de novos conflitos e da incapacidade de resolver crises de longa data.

Esta dura realidade não pode ser esquecida. A opinião pública deve continuar a pressionar os governos para que se desenvolvam políticas que garantam respostas humanitárias dinâmicas e soluções de integração justas.

“Por detrás destes números gritantes e crescentes, escondem-se inúmeras tragédias humanas. Este sofrimento deve levar a comunidade internacional a agir urgentemente para combater as causas profundas das deslocações forçadas”, declarou Filippo Grandi, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, que acrescenta: “É mais do que tempo de as partes em conflito respeitarem as leis básicas da guerra e o direito internacional. O facto é que, sem uma melhor cooperação e esforços concertados, para fazer face aos conflitos, às violações dos direitos humanos e à crise climática, os números das deslocações continuarão a aumentar, trazendo nova miséria e respostas humanitárias dispendiosas.”

Tratar os refugiados com dignidade

“Exigimos o respeito pelos direitos dos cidadãos deslocados à força, que sejam tratados com a dignidade merecida e garantidos os direitos básicos necessários, como a saúde e educação (e, em muitos casos, alimentação). Continuaremos empenhados no combate a todas as formas de discriminação dos trabalhadores imigrantes ou refugiados, a par da sua sindicalização e envolvimento na luta geral dos trabalhadores”, destacava a CGTP-IN, numa nota emitida a propósito do Dia Mundial do Refugiado (20/06).

“Só a guerra no Sudão, em África, provocou a saída de mais de 9 milhões de pessoas. A agressão de Israel contra a população Palestiniana na faixa de Gaza obrigou à saída de 75% da população, ou seja, cerca de 1,7 milhões de pessoas”, realça a Central unitária, que acrescenta: “Cada vez mais pessoas são vítimas de guerras de agressão, ingerências, desestabilizações, conflitos, destruição da capacidade produtiva e de infraestruturas, pobreza extrema, desemprego e a crescente precariedade laboral, levando à sua deslocação e obrigando-os a deixar os seus países de origem e a procurar refúgio em outros países”.

Alterações climáticas

“Não relacionadas com os conflitos e com a guerra, mas igualmente potenciadoras de deslocações forçadas, são os fenómenos extremos relacionados com as alterações climáticas em várias regiões do mundo”, observa a Intersindical, que regista ainda:

“A preocupação com estes fenómenos está a tornar-se tão evidente que justificou a escolha do tema “Mudança no clima, mudança na jornada: protegendo pessoas deslocadas também das mudanças climáticas”, por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, para assinalar este dia”. Lembrando que “a natureza cada vez mais

Perante as situações que afetam milhões de pessoas e as forçam ao afastamento das suas casas, aldeias e países, a CGTP-IN continua a defender que é um dever de todos proteger os milhares de refugiados que carecem da nossa ajuda

exploradora, agressiva e predadora do sistema capitalista tem submetido todas as esferas da vida ao objetivo do lucro, depredando e destruindo o meio ambiente”, a Central sindical portuguesa observa: “O aquecimento global, a desertificação e a seca, a subida dos oceanos, chuvas torrenciais, furacões e outros fenómenos extremos estão cada vez mais patentes no presente e futuro da humanidade”.

“Continuaremos empenhados para um desenvolvimento que seja sustentável, do ponto de vista ambiental e social, que integre a preservação do ambiente, que não delapide os seus recursos e garanta o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das populações. Rejeitamos a rapina e destruição dos recursos naturais e do ambiente e a ofensiva predadora contra os direitos dos trabalhadores e dos povos.”

Acabar com as guerras!

Perante as situações acima caracterizadas, que afetam milhões de pessoas e as forçam ao afastamento das suas casas, aldeias e países, a CGTP-IN continua a defender que é um dever de todos proteger os milhares de refugiados que carecem da nossa ajuda. Defendemos que o empenho na procura de soluções para a resolução destes problemas deve passar pelo fim das guerras e agressões, no respeito pelos princípios da Carta da ONU e do direito internacional e pelo fim da política

de exploração, submissão e domínio económico e financeiro às economias mais frágeis, nomeadamente, através dos predadores acordos de livre comércio e outros que os EUA e a UE promovem nestes países.

A Central exige “o respeito pelos direitos dos cidadãos deslocados à força, que sejam tratados com a dignidade merecida e garantidos os direitos básicos necessários, como a saúde e educação (e, em muitos casos, alimentação). Continuaremos empenhados no combate a todas as formas de discriminação dos trabalhadores imigrantes ou refugiados, a par da sua sindicalização e envolvimento na luta geral dos trabalhadores.”

A par do acolhimento necessário aos que nos pedem ajuda, a CGTP-IN continua a defender e lutar pela Paz no mundo. O fim deste drama exige o fim das guerras e de agressões e o desenvolvimento soberano dos países que permitam o direito ao regresso de todos os refugiados que assim o desejarem. Só a Paz poderá impedir que se continuem a empurrar milhões de cidadãos para fora dos seus territórios, sublinha.

Novas abordagens e soluções

A CGTP-IN continuará a exigir que se encontrem soluções urgentes para o drama que vivem os milhões de imigrantes e refugiados, condição decisiva para a defesa dos direitos e das aspirações de todos os trabalhadores, na construção de um mundo melhor, de solidariedade, progresso e paz.

Tendo em conta os imensos desafios enfrentados por 120 milhões de pessoas deslocadas à força, descritos no relatório “Global Trends”, a ONU continua firme no seu compromisso de apresentar novas abordagens e soluções para ajudar as pessoas forçadas a fugir das suas casas, onde quer que estejam. ●



O ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados (UNHCR/ ACNUR), foi criado em 1950, para ajudar as pessoas deslocadas na Europa, como resultado da Segunda Guerra Mundial. Apoiava milhões de pessoas que precisam de ajuda para sobreviver e garantir a proteção dos seus direitos. Com mais de 70 anos de experiência, a Agência da ONU para os Refugiados trabalha em mais de 135 países para satisfazer as necessidades de todos aqueles que fugiram da guerra, perseguição ou violações dos direitos humanos. Existem atualmente mais de 110 milhões de pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em todo o mundo. Desde a sua criação, em 1950, o ACNUR ajudou mais de 50 milhões de pessoas e recebeu duas vezes o Prémio Nobel da Paz, em 1954 e 1981. ●



“Os refugiados – e as comunidades que os acolhem – precisam de solidariedade e de uma mão amiga. Podem contribuir e contribuir, de facto, para as sociedades quando são incluídos”. “Do mesmo modo, no ano passado, milhões de pessoas regressaram a casa, o que representa um importante vislumbre de esperança. Existem soluções – vimos países como o Quênia a liderar o caminho da inclusão dos refugiados – mas é preciso um verdadeiro empenho.” (Filippo Grandi, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados) ●

dos Fisioterapeutas Portugueses, que vai permitir estabelecer a regulação das relações laborais em todas as delegações da CVP.

28

A reunião convocada pelo MECI para negociar “alterações cirúrgicas” ao regime de Mobilidade por Doença terminou sem que o governo aceitasse alterar o regime em vigor. Da parte da tarde, decorre um plenário para informar os professores interessados do resultado dessa reunião e debater as formas de intervenção dos professores.

JULHO

1

FENPROF envia ao MECI o seu parecer sobre o projeto de novo ECIC (Estatuto da Carreira de Investigação Científica) que o ministro Fernando Alexandre apresentou na reunião do passado dia 18 de junho. *

Decorre, na Casa do Alentejo, em Lisboa, uma sessão de solidariedade com os trabalhadores e o povo do Saara Ocidental, promovida pela CGTP-IN e pelo CPPC. O Saara Ocidental está, há quase 50 anos, ocupado por Marrocos, depois da retirada de Espanha do território. *

Uma delegação da FENPROF recebe o Secretário-Geral da UGTsário, um representante da UGT da Argélia e os representantes da Frente POLISARIO em Portugal, num encontro de solidariedade sindical com o povo e os trabalhadores do Sahara Ocidental. *

Em frente à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, decorre um Plenário de Sindicatos convocado pela Frente Comum. *

3

Em nota divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF, é salientado que “o último relatório do Comité de Liberdade Sindical da OIT (junho de 2024)

analisa a queixa de nove organizações sindicais da educação em Portugal, entre as quais a FENPROF, sobre a ilegalidade de decretamento de serviços mínimos em 2023. *

Realiza-se, na Alfândega do Porto, uma concentração de trabalhadores científicos contra a precariedade, sob o lema “É preciso lutar pelo futuro da ciência”. *

4

Refere a imprensa açoriana, citando o Governo Regional, que em maio passado existiam 4.441 desempregados na RA Açores inscritos no Centro de Qualificação e Emprego. *

5

Na sua página, o SPRA destaca a publicação das listas ordenadas dos concursos interno de afetação e de contratação (oferta de emprego centralizada). *

8

A CGTP-IN associa-se ao CPPC na dinamização de atos públicos no Porto e em Lisboa, dias 8 e 9, respetivamente, às 18h00, sob o tema “Não à Guerra! Paz sim! NATO não!”. Na capital, a ação decorre no Largo José Saramago e na Invicta, na Rua de Santa Catarina. *

9

Professores estão em protesto à porta do Ministério. *

Por um regime de mobilidade por doença justo, protetor e não discriminatório. Depois de o MECI ter decidido, unilateralmente, não fazer qualquer alteração ao regime de Mobilidade por Doença (MpD), os professores afetados juntam-se em protesto na Avenida Infante Santo, onde aprovam, por unanimidade e aclamação, uma moção entregue ao MECI. A delegação da FENPROF incluía professores lesados pelo atual regime e foram recebidos pelo Adjunto do Ministro, a quem relataram as suas situações concretas. *

Os docentes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra decidem prolongar a greve até ao final de julho e lançar, em agosto, mais um pré-aviso

Sono, um bem precioso...

Filipe Pinheiro de Campos, Coordenador da Área Sindical de São Jorge do SPRA

É inegável a importância do sono no bem-estar. Um bom sono permite fazer face a um dia de atividade e à multiplicidade de tarefas que nos são apresentadas sejam elas conotadas com exigências físicas, cognitivas ou sociais. Ao longo do dia, estarmos bem connosco e com os outros, está intimamente ligado à qualidade de sono que observamos.

Em Portugal, dorme-se mal... Um recente inquérito promovido pela Associação Portuguesa do Sono, mostra que cerca de 70% dos participantes adultos reportam dormir bem menos de 8 horas por dia, com uma média inferior a 6 horas por dia. Infelizmente, esta é a realidade que todos conhecemos e sobre a qual pouco detemos o nosso pensamento. Quando se fala em sono, há que, obrigatoriamente, conjugar três características que o mesmo deve observar: a quantidade, a qualidade e a hora certa do dia em que ocorre. Naturalmente que há variabilidades etárias e individuais (sexo, idade, atividade física, estado de saúde), mas é dado assente que uma criança entre os 3 e os 5 anos de idade deverá dormir entre 11 e 13 horas por dia e que um adolescente necessita ainda de 8 a 10 horas de sono.

Tais conclusões todos nós as entendemos bem enquanto educadores, pais e encarregados de educação. Não é necessário grande esforço para se compreender a importância que uma boa qualidade de sono tem na aprendizagem dos alunos e no relacionamento entre todos. Quantas vezes não nos deparamos com alunos ensonados, fatigados e pouco atentos logo nos primeiros tempos

letivos do dia... Muitas das vezes, essas situações, que obstam a um melhor rendimento e ao desempenho cognitivo desejados, estão relacionadas com a fraca qualidade do sono ou com o seu déficit. Tal induz a necessidade de promoção de medidas eficazes de higiene do sono como a tranquilidade e conforto do espaço em que se descansa, a prática de exercício físico uma a duas horas antes de deitar, uma alimentação equilibrada, de confeção culinária simples e não excessivamente calórica ou que não exija um esforço digestivo acrescido, particularmente ao jantar, e o evitar a exposição a luz intensa antes de dormir seja ela proveniente de uma televisão, de um tablet, de um computador ou de um telemóvel. E é aqui que bem sabemos que reside muitas das vezes o grande problema dos nossos alunos, que se fazem acompanhar deste tipo de equipamentos mesmo em situações em que estão já deitados e aptos a descansar, utilizando-os indiscriminadamente, retirando períodos de repouso a uma noite que se pretende ser reparadora e capaz de promover a energia e a capacidade de enfrentar um novo dia.

Esta privação de sono, tal como vimos, não tem apenas grandes implicações ao nível

Quantas vezes não nos deparamos com alunos ensonados, fatigados e pouco atentos logo nos primeiros tempos letivos do dia...

cognitivo como o desempenho escolar, a atenção e a vigília, mas também ao nível comportamental, no relacionamento consigo e com os outros. Irritabilidade, agitação e agressividade, mas também desinteresse e apatia são sinais particularmente frequentes. Para além disto, é hoje clara a relação que a privação do sono tem com a obesidade e a diabetes mellitus tipo 2, situações que têm vindo a aumentar exponencialmente na população escolar portuguesa, mas também com doenças crónicas típicas da nossa civilização, como dislipidemias, acidentes vasculares cerebrais e doença coronária.

A Serotonina e a Melatonina são os neurotransmissores particularmente envolvidos em todo o processo do ciclo da vigília e do sono. Graças a eles mantemos um sono contínuo e reparador, mas também permitem que acordemos com um melhor humor e uma melhor disposição para fazer face a um novo dia. Sobre esta regulação neurohormonal que observa ritmos circadianos próprios detemos-nos no próximo artigo. ●



de greve para o mês de setembro, deixando assim bem claro o seu firme propósito de não abrandar a luta, até que sejam "descongeladas" as carreiras. *

A CGTP-IN envia aos sindicatos gregos uma mensagem de solidariedade com a luta que desenvolvem contra a implementação da semana de 6 dias.

11

Recuperação do tempo de serviço dos professores: o decreto-lei aprovado pelo Governo resulta da luta dos professores, mas terá aspetos que, gerando desigualdades, a FENPROF não desistirá de corrigir, destaca o Secretariado Nacional da Federação.

* A FENPROF entrega na Presidência da Assembleia da República a petição "Contra lei injusta que impede a atualização das pensões de forma irreparável", que reuniu mais de 4 mil assinaturas. *

O plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, reunido em Lisboa, destaca "a luta dos trabalhadores pela valorização dos salários e pensões, a defesa dos direitos e dos serviços públicos, em resposta à ausência de soluções para os graves problemas que atingem o seu dia a dia e põem em causa o presente e o futuro do País"

* A Federação Nacional dos Sindicatos dos

Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS - promove uma concentração nacional de técnicos superiores das escolas da rede pública e de técnicos especializados de educação, junto ao Ministério da Educação.

17

FENPROF realiza uma conferência de imprensa junto ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), em Lisboa. Recorde-se que o Governo aprovou, na última reunião do conselho de ministros, uma norma para travar as decisões unânimes dos tribunais que permitem docentes com ou sem continuidade de exercício de se reinscrever na CGA.



Uma carreira de igualdade é um desafio de justiça social

Rita Teixeira, Dirigente do SPRA

Ser docente da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no século XXI pode ser um desafio profissional cada vez mais árduo, embora seja, sem dúvida, um trabalho motivador e gratificante para aqueles que agarram a sua profissão com gosto e vocação. Esses níveis de ensino assumem-se como essenciais ao longo da vida das crianças, nos quais se desenvolvem e se sistematizam as aprendizagens que fundamentam a construção de todo o sistema educativo.

O preocupante desgaste sentido pelos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, tendo em conta problemas e questões específicas do seu dia a dia, tem sido motivo para a abertura de processos negociais com vista à resolução de questões organizacionais e de outras relacionadas com as condições de trabalho.

Finalmente, com algum valor e dignificação, a equiparação dos horários na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo aos restantes níveis de ensino foi conseguida, tendo sido corrigidas as situações de desigualdade, de injustiça e de diferença de condições laborais de todos os docentes de uma mesma carreira!

As medidas agora definidas nos termos do artigo 109.º do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores puderam providenciar a equidade na elaboração dos horários e na distribuição de serviço e possibilitaram também a uniformização das reduções da componente letiva por idade e antiguidade.

Ao longo do ano letivo 2023/2024, verificou-se que a maioria dos docentes destes níveis de ensino sobretudo aqueles que têm uma idade mais avançada, beneficiou de reduções na sua carga

letiva, por força do fim do regime da monodocência. Esta conquista permitiu também à tutela a colocação de mais educadores/professores contratados, com a finalidade de complementar, na maioria das vezes, a atividade letiva do diretor de turma, quando este beneficiava de uma redução na sua componente letiva e também para fazer face à aplicação, pela primeira vez, das reduções da componente letiva a estes docentes, a partir dos 50 anos de idade.

Em contrapartida, muitos dos horários dos docentes apresentaram tempos letivos interpolados e não consecutivos, devido à distribuição da carga horária de acordo com a matriz curricular estabelecida por cada unidade orgânica. Em alguns casos, dificultaram a gestão interna do serviço, pelo facto de não terem sido recrutados professores que assegurassem as substituições. Muitas das vezes, os docentes do apoio educativo avançaram para as aulas de substituição e em algumas situações, os alunos foram distribuídos por outros docentes, por falta de professores de apoio.

A carência de recursos humanos tornou-se ainda mais notória com a implementação da pluridocência na Educação Pré-Escolar e no 1.º CEB, uma vez que, agora, são necessários mais recursos humanos para assegurar a lecionação das diferentes áreas curriculares, sendo escasso o número de professores disponíveis, atendendo às necessidades dos estabelecimentos de ensino.

Independentemente das vantagens ou das desvantagens da monodocência e das suas implicações na organização e no funcionamento das escolas, a aplicação da nova carga letiva semanal para o pessoal docente da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo, profissionais que estão sujeitos a um acentuado e reconhecido desgaste psíquico e físico, foi extremamente importante. Lutámos, coletiva e persistentemente, organizados no SPRA, e conseguimos! ●

19

A propósito das medidas anunciadas sobre avaliação externa dos alunos, a FENPROF lembra que a melhoria das aprendizagens não depende da existência de exames ou provas de final de ciclo, mas da melhoria de condições de trabalho nas escolas.

23

Para um balanço do ano letivo que terminou e uma primeira perspetiva do que se seguirá, a FENPROF realiza, no Porto, uma conferência de imprensa, na qual destaca que são muitos os problemas que não mereceram a resposta necessária ou adequada do Ministério de Fernando Alexandre.

29

Na sede da URIPSSA, decorreu a segunda reunião negociada entre o Sindicato dos Professores da Região Açores e a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores. À contraproposta enviada por esta estrutura sindical que contemplava, para as creches e educação pré-escolar, horários de trabalho de trinta e cinco horas, sendo vinte e quatro horas de trabalho direto com crianças e as restantes dedicadas a outras atividades, incluindo as reuniões de atendimento às famílias, não teve aceitação por parte da URIPSSA.



Festival

AngraJazz promete

A 25.ª edição do festival AngraJazz decorrerá de **02 a 05 de outubro**, com oito concertos em quatro noites. A divulgação e valorização do jazz é um dos objetivos do evento, que, certamente, voltará a mobilizar vasto público. Angra do Heroísmo e a Ilha Terceira estão na agenda nacional e internacional dos melhores festivais de jazz. ●



Exposição

“Laudalino da Ponte Pacheco, o fotógrafo que estava lá”

Até **10 de novembro**, pode ser visitada, no Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, a exposição **“Laudalino da Ponte Pacheco, o fotógrafo que estava lá”**.

A mostra reúne fotografias de Laudalino da Ponte Pacheco (1921-1997), retratando a vida na Maia, Porto Formoso e Lomba da Maia, bem como outros registos da ilha de São Miguel e do Canadá, captadas nos anos 60 e 70. A exposição conta com a curadoria de Blanca Martín Calero e Maria Emanuel Albergaria. O design gráfico e expositivo é assinado por José Albergaria e Júlia Garcia. Registe-se, ainda, a colaboração de Ana Pacheco e restante família do artista. ●

Publicação

Livros Reunidos, de Carlos LP Bessa
Edição Tinta da China, 2024

A editora Tinta da China acaba de publicar, na sua prestigiada coleção de poesia, “Livros Reunidos”, de Carlos LP Bessa. António Carlos Cortez classifica este livro como “um dos grandes momentos da poesia portuguesa atual” (JL). Professor numa escola da região e sócio há mais de três décadas deste sindicato, Carlos Bessa reúne nesta obra nove títulos de poesia, publicados entre 1995 e 2022.

Como escreveu Pedro Mexia, “estes livros reunidos são «imagens vindas dos dias» (...) com observações e recordações umas vezes comovidas, outras indignadas, e a auto-piedade contrariada por veemências e sarcasmos. A existência confunde-se aqui com o quotidiano, os empregos, o desajuste, o tédio, em contexto urbano, suburbano, rural ou ilhéu, (...) a linguagem é vigorosa, (...) preferindo o discurso elíptico, o biografismo esquinado. O mal-viver activo destes versos manifesta-se assim na «violência do sim» e na «ternura do não», nas elegias aos mortos ou a «algo em nós [que] morreu», num horror vacui que admite que todo o vazio é preenchido, mesmo que seja por aquilo que se degrada ou desfaz, mesmo que seja pela poesia, «energia gasta em / preservar o inútil». ●

Exposição
“Adágio”

O **Museu Carlos Machado**, em Ponta Delgada, apresenta, até finais de setembro, no núcleo de Santa Bárbara, a exposição **“Adágio”**, do pintor **Tomaz Borba Vieira**, reunindo as suas últimas obras realizadas entre 2019 e 2023. Tomaz Borba Vieira nasceu em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, em 1938. Educador, pintor, escritor, dinamizador cultural, estudou pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Arte Mural na Academia de Belas Artes de Florença, Pedagogia na Universidade de Lisboa e Ciências da Educação na Universidade de Boston. ●

Publicação

“Vozes da Escrita: 15 entrevistas a escritores portugueses”

Foi apresentado recentemente o novo livro de Luís Souta, **“Vozes da Escrita: 15 entrevistas a escritores portugueses”**. Quinze escritores portugueses – reconhecidos nas áreas do romance e da novela (Mário de Carvalho, Mário Ventura, Natália Nunes), conto (Altino do Tojal), teatro (Eduarda Dionísio, Fernando Dacosta), crónica (Ricardo França Jardim), diário (Cristovão de Aguiar), policial (António Damião), poesia (Matilde Rosa Araújo, Maria Rosa Colaço), infanto-juvenil (Alice Vieira, Fernando Miguel Bernardes), crítica literária (Júlio Conrado, Fernando Venâncio) abordam, em longas e interessantes conversas, múltiplas temáticas da sociedade: o campo literário, a atividade editorial, a educação e o ensino, a imprensa, a literatura e os críticos... Trata-se do 12.º livro de Luís Souta, membro da Associação Portuguesa de Escritores e professor coordenador da Escola Superior de Educação de Setúbal. ●



Exposição

“Harmonias Circulares”

O Museu de Angra apresenta até **7 de outubro** **“Harmonias Circulares”**, uma instalação do artista terceirense César Martiniano que explora a fusão entre o design e o abstrato. O resultado, lê-se na página do Museu, “é uma série de peças em madeira, na sua maioria circulares, que materializam esta ideia, criando uma interação visual que desafia as fronteiras tradicionais da arte, nomeadamente das formas retangulares. Cada peça é uma representação visual da harmonia possível entre ordem e caos, oferecendo uma nova perspetiva sobre o equilíbrio estético. Esta série convida o público a refletir sobre a dualidade e a coexistência de disciplinas artísticas distintas num mesmo espaço.” A instalação pode ser apreciada na Sala Dacosta. ●



Quando se assinala o centenário da morte de Teófilo Braga (1843-1924), o **Centro Municipal de Cultura (CMC)**, em **Ponta Delgada**, apresenta, até **14 de setembro**, uma exposição sobre o destacado político, natural de Ponta Delgada (24 /02/ 1843), que foi o segundo Presidente da República

Portuguesa. Intitulada **“Teófilo Braga (1843-1924) - No centenário da sua morte”**, a exposição pretende homenagear “não apenas o político que foi Presidente da República Portuguesa”, mas também “o pensador reformista e escritor português, que divulgava conhecimento em tantos domínios e a que Ramalho Ortigão classificou de como se ‘o trabalho de uma geração inteira fosse empreendido no cérebro de um só homem’”; como afirmou o Presidente da CM de Ponta Delgada.

O certame exibe uma variada coleção de documentos e objetos, muitos deles pessoais, que marcaram o percurso de Teófilo Braga, um dos signatários da primeira Constituição da República Portuguesa. Destaque para um estudo do escultor Teixeira Lopes para o monumento que se encontra junto ao Forte de São Brás, bem como para a caneta com que o antigo Presidente da República assinou a Constituição de 1911 e, ainda, para a borla do traje que usou em 1868, ao doutorar-se na Universidade de Coimbra.

Em 1871, regista a página do Museu da Presidência, Teófilo Braga foi um dos subscritores do projeto das Conferências

Democráticas do Casino Lisbonense, interrompidas por ação das autoridades monárquicas. Influenciado pelas teses sociológicas e políticas da teoria positivista, cedo adere aos ideais republicanos, podendo considerar-se como pertencendo à geração dos republicanos doutrinários. Foi candidato às eleições de outubro de 1878, pelos republicanos federalistas, e membro do diretório Republicano Português, em 1890.

Assina e colabora na elaboração do Manifesto Programa do PRP, de 11 de janeiro de 1891, que precede de três semanas a revolução de janeiro de 1891. Torna-se membro efetivo do diretório político, em 1 de janeiro de 1910, conjuntamente com Basílio Teles, Eusébio Leão, José Cupertino Ribeiro e José Relvas. Deputado por Lisboa nas eleições de 28 de agosto de 1910, Teófilo Braga assume a presidência do Governo Provisório republicano (Diário do Governo de 6 de outubro de 1910).

Foi também Presidente da República em substituição de Manuel de Arriaga, tendo exercido o cargo no período compreendido entre 29 de maio de 1915 e 4 de agosto do mesmo ano. ●



Publicação

“Guia Prático da Geodiversidade dos Açores”

O “Guia Prático da Geodiversidade dos Açores / Field Guide of Azorean Geodiversity”, lançado em fevereiro, em Angra do Heroísmo, foi apresentado no Museu Carlos Machado – Núcleo de Santa Bárbara, em Ponta Delgada, no passado dia 17 maio.

Trata-se de um guia profusamente ilustrado, bilingue (Português e Inglês), com fotografias de grande qualidade de todas as ilhas e textos da autoria de João Carlos Nunes, vulcanólogo e professor da Universidade dos Açores.

Este terceiro volume da coleção “Guias Práticos do Património Natural

dos Açores” trata da Geodiversidade única do arquipélago, numa edição do Instituto Açoriano de Cultura, com o apoio da Secretaria Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas e da Associação “Os Montanheiros”.

Como destaca a página da UAC, o “Guia Prático da Geodiversidade dos Açores” apresenta abundante informação científica (acessível ao leitor comum) sobre as principais formas e estruturas típicas das regiões vulcânicas, dando especial ênfase às estruturas e elementos presentes nos Açores, nomeadamente às relevantes geopaisagens e geossítios açorianos. ●

ESCOLA PÚBLICA CONQUISTA DE ABRIL

